

Imagem da cidade – cidade da imagem: o modelo de intervenção urbana do Rio Cidade*

Carlos Eduardo Sartor

Introdução

A proposta deste texto é analisar o "modelo de intervenção urbana" do *Programa Rio Cidade* (especialmente no período de 1993 a 1996), uma experiência urbanística desenvolvida para alguns dos principais "corredores" comerciais e de tráfego da cidade do Rio de Janeiro, tendo como objetivo principal a requalificação do espaço da rua, e que será questionada como expressão singular de um ideário que rompe com as perspectivas reformistas e utópicas de enfrentamento das desigualdades na cidade, sobretudo através do esvaziamento do conteúdo social e não tratamento de questões estruturais e condicionantes do desenvolvimento urbano.

O *slogan* do programa, "o urbanismo de volta às ruas", por si só, indica uma postura de retorno, de resgate de um saber e de uma prática antes abandonada pelo urbanismo modernista, ora revertida na intervenção urbana pontual orientada por projetos, tendo a rua como espaço privilegiado de ação. No entanto, o arcabouço geral do programa mostra-se eivado de outros elementos significativos para análise, que, sob nossa avaliação, precisam ser observados.

A orientação aqui adotada justifica-se pela necessidade de encontrar referenciais possíveis de serem contrapostos ao posicionamento renovado do discurso e da prática urbanística contemporânea, os quais, sob o nosso olhar, tendem a ocultar a questão das desigualdades e as raízes dos chamados "problemas urbanos". Como lembra Vainer (1998), a arquitetura e o urbanismo têm produzido um novo tipo de standardização, que induz a reprodução de determinados padrões de empreendimentos, dentre eles centros

de comércio internacional, teleportos, áreas portuárias transformadas em centros de comércio e lazer, áreas de consumo padronizadas pelos gostos e modos de vida das classes média e abastada, mesmo que sob o pretexto da valoriza o do específico no contexto da crítica ao padrão estandardizado do modernismo.

Para empreender a análise proposta, definiu-se um padrão de análise que valoriza a "representa o da cidade", assim como o "modelo de interven o urbana". Por *representa o da cidade* se entende a imagem que resulta da síntese dos processos históricos, jogos de interesses e formas de domina o, muitas vezes estruturantes do senso comum, e, como lembra Cardoso (1997), são nesses mesmos processos que se instituem determinadas concep es que, quando vitoriosas no embate intelectual, passam a ser hegem nicas e compõem nossa visão de mundo cotidiana.

Por *modelo de interven o urbana* toma-se como defini o o conjunto de princípios e representa es que orientam a delimita o do objeto, o diagnóstico sobre a realidade da cidade, a institui o/conceitua o dos "problemas urbanos" e instrumentos de interven o. Trata-se de uma versão inspirada, porém adaptada, do que Ribeiro e Cardoso (1996) definem como padrão de planejamento, já que por uma questão de objetivos não se recorre aqui aos mesmos processos de verifica o de categorias e tendências do pensamento social, como na contribui o desses autores.¹

Cabe observar, como referência histórica e conceitual, que a origem do urbanismo – enquanto campo do saber e da a o sobre as cidades – tem sido intrinsecamente relacionada   tematiza o do urbano como objeto de conhecimento,   luz de processos de representa o sobre a cidade e sob amplo espectro de influências e contribui es disciplinares. O *urbanismo moderno* emergiu no início do século XX, estabelecendo uma cisão na história da interven o humana consciente sobre as cidades, através de um discurso totalizador, com pretensões científicas, e de cunho utópico ou reformista, cristalizado no seu instrumento primordial: o plano urbanístico.

O plano urbanístico foi consagrado por condensar as concep es acerca do que deveria vir a ser a "cidade moderna", tanto do ponto de vista da reconstru o quanto do planejamento de novas cidades, na perspectiva de equacionar os problemas urbanos. O urbanismo consolidou um conjunto de saberes e práticas, configurando um modelo de interven o pautado na reflexão e na a o planejada sobre a cidade, em sua totalidade, um modelo que se tomou legítimo por muitas décadas.

Pode-se considerar, no entanto, que o deslocamento do modelo orientado pelo plano urbanístico para o campo das diretrizes e estratégias de desenvolvimento caracterizou a segmenta o entre o urbanismo e o planejamento urbano, ambos marcados pela conjuntura de consolida o do modelo fordista de desenvolvimento econ mico. O planejamento urbano passou a valorizar a questão do desenvolvimento econ mico, segundo as experiências em planejamento regional, introduzindo um sistema de planejamento que

pretendia ajustar-se às formulações do Estado do Bem-Estar Social, no sentido de garantir, como direito de cidadania, um padrão mínimo de qualidade de vida consubstanciado no acesso a moradia, equipamentos, serviços e infra-estrutura urbana.

Não obstante, a crença no planejamento e no urbanismo, assim como na arquitetura modernista, se esvaeceu com o surgimento de muitas críticas acerca da qualidade do ambiente construído, contexto da emergência do *desenho urbano* como um desdobramento da "crise do planejamento", que se anunciava nos anos 60, apontando para a necessidade de se resgatar a diversidade na qualidade da vida urbana, em especial no que tange a escala da rua, introduzindo novas perspectivas de análise e intervenção sobre a forma urbana. Por outro lado, a evidência da crise do fordismo/keynesianismo em conter as contradições inerentes ao sistema capitalista comprometeu a função promotora, reguladora e redistributiva do Estado; em decorrência disso viu-se prejudicada a própria noção de planificação, implicando a redefinição do papel do planejamento e do urbanismo.²

Uma das tendências atuais de transformação na administração urbana mantém relação com a idéia de competitividade, no sentido de explorar as vantagens da cidade tendo em vista a sua inserção no mercado globalizado, por isso reverter a percepção do caos e da degradação tem se tomado uma tarefa comum nas municipalidades. A cidade é transformada em uma mercadoria propriamente adequada ao *marketing* urbano, a produção e a disseminação de uma imagem positiva da cidade tem sido uma das estratégias centrais do comportamento empresarial na administração urbana, para a qual vem servindo de forma questionável o renovado campo do urbanismo.

O urbanismo contemporâneo tem adquirido mais um sentido de obra pública (projetar e realizar obras), em oposição ao planejamento, um urbanismo não mais comprometido com a metodologia do plano geral e sim do projeto pontual. Trata-se da revalorização do urbanismo operacional e interventor em detrimento de um urbanismo regulador da atividade privada. Além de restringir a participação social na formulação das estratégias e propostas para a cidade, esse modelo de urbanismo tem sido tolerante (ou indiferente?) com o crescimento das desigualdades e formas de segmentação socioespacial, principalmente nas grandes cidades.

Essas observações iniciais abrem espaço para o exercício de análise do modelo de intervenção do Rio Cidade. O plano de exposição do texto parte de uma abordagem sobre as concepções e processos relacionados ao programa em questão, guia para o reconhecimento de como se deu a definição do objeto, de quais os princípios adotados, bem como os objetivos e instrumentos dessa ação urbanística.

Da cidade ao bairro, do bairro às ruas

Este segmento do texto apresenta uma descri o e análise acerca do *Programa Rio Cidade*, especialmente sobre a sua primeira versão, entre 1993 e 1996.³ No âmbito do presente ensaio, adota-se a denomina o "Programa Rio Cidade" quando se referir às concep es de âmbito geral,⁴ e a referência "projeto" quando se tratar das interven es pontuais nos bairros, marcadas pela a o de equipes de profissionais contratadas.⁵ N  obstante, a denomina o "Projeto Rio Cidade" parece ser a mais usual, inclusive no meio técnico e material publicitário, até mesmo pela rela o do termo "projeto urbano" com a natureza mais pragmática das a es urbanísticas contemporâneas.

O *Programa Rio Cidade* surgiu no contexto da administra o do município do Rio de Janeiro,⁶ através de a es conjuntas entre a Secretaria Municipal de Urbanismo – SMU e a Empresa Municipal de Informática e Planejamento S.A. – Iplanrio⁷. Coube   Diretoria de Projetos da Iplanrio a cria o e detalhamento do Programa, enquanto a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos – SMO foi o órgão executor responsável. Apesar da participa o da SMU e de outras Secretarias Municipais e órgãos da administra o indireta do município,⁸ no que se refere às atribui es específicas de cada órgão, coube   Iplanrio, no início da gestão municipal, em 1993, a responsabilidade de conceber, organizar e implementar o programa.

Tudo indica que uma das principais motiva es para a concep o do programa esteve relacionada com a inten o de revalorizar o trabalho de profissionais de área de arquitetura e urbanismo, por parte da referida gestão municipal, em especial do Secretário de Urbanismo, naquela oportunidade, arquiteto e urbanista Luiz Paulo Fernandez Conde⁹, no que refere ao desenho e reestrutura o da imagem da cidade, através de projetos para trechos urbanos específicos, como se constata no item a seguir.

Da imagem degradada da cidade   revitaliza o do conceito de "rua": a revaloriza o do papel de arquitetos e urbanistas

As articula es para a volta da participa o da categoria dos arquitetos nos processos de interven o sobre a cidade já se iniciavam, em 1992, antes mesmo da posse do novo Secretário Municipal de Urbanismo, como se pode perceber na nota a seguir:

No dia 18 de dezembro [de 1992], o novo Secretário Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente do Rio de Janeiro, arquiteto Luiz Paulo Conde, esteve no IAB/RJ, onde discutiu com os associados as questões da categoria. Conde,

que presidiu o IAB/RJ entre 1975 e 79, disse que quer privilegiar os arquitetos na sua gestão (...) se dispondo a desenvolver junto ao Instituto novas modalidades e regras para a contratação de serviços de arquitetura. (Informe IAB, 1992, p. 4)

O desenrolar dos contatos entre o Secretário Municipal de Urbanismo e o Presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil, Departamento do Rio de Janeiro - IAB/RJ, resultou na proposta de organização de um concurso público para seleção de equipes profissionais lideradas por arquitetos e urbanistas. Coube à Iplanrio estabelecer o convênio e o contrato com o IAB-RJ, cuja justificativa oficial se deu em razão da experiência de ambos os órgãos em concursos públicos dessa natureza.¹⁰ Sendo assim, o IAB-RJ responsabilizou-se pelos serviços de gestão do concurso público especialmente voltado para seleção de equipes a serem contratadas pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, a entidade promotora do concurso, *com o intuito de realizar projetos em áreas previamente determinadas pela Secretaria de Urbanismo*, no âmbito do que se denominou "Rio Cidade".¹¹

O ponto de partida para as ações do Rio Cidade foi, portanto, a promoção do concurso. Somente poderiam se habilitar como concorrentes e responsáveis por equipes arquitetos e urbanistas legalmente habilitados para o exercício da profissão, e comprovadamente instalados no estado do Rio de Janeiro. Quanto ao caráter interdisciplinar do concurso, o edital limitava-se a tornar obrigatória a participação de profissionais de paisagismo e de desenho industrial (designers) na composição das equipes participantes, o que já delineava os campos afins à proposta.

A consciência de que muitos são os *profissionais de qualidade*, a necessidade de *renovação de conceitos gerenciais e projetuais* dos quadros técnicos da Prefeitura, o confronto de idéias e a perspectiva de *garantir soluções heterogêneas* para cada bairro justificou a adoção de um modelo de obra pública não centrado em uma única equipe de arquitetos, o que representou, na concepção da própria Prefeitura, uma visão inovadora e positiva:

A idéia de contratar os projetos necessários, através de concurso público, atendeu a quatro objetivos principais: convocar a categoria dos arquitetos, por suas melhores cabeças, a participar do Programa; instigar e estimular os quadros técnicos da Prefeitura com a renovação de arraigados conceitos gerenciais e projetuais; confrontar idéias diferenciadas e garantir soluções heterogêneas segundo a "personalidade" de cada bairro. (Rio de Janeiro - RJ, 1996, p. 25)

A perspectiva de "garantir soluções heterogêneas" para cada bairro, através de projetos desenvolvidos por diferentes equipes, por si só indicava uma postura de contestação quanto às soluções ditas "homogêneas e totalizantes", contrapostas pela valorização das particularidades locais, colocando-se em pauta um outro projeto de cidade.¹²

Tabela 1 – Abrangência do Rio Cidade I – Concurso (bairros e trechos urbanos)¹³

Bairros	Trechos
1 Bonsucesso	Praça das Nações; Rua Cardoso de Moraes
2 Botafogo	Rua Voluntários da Pátria; Rua São Clemente
3 Catete	Largo do Machado; Rua do Catete
4 Centro	Av. Rio Branco
5 Copacabana	Av. Nossa Senhora de Copacabana
6 Ilha do Governador	Estrada do Galeão
7 Ipanema	Rua Visconde de Pirajá
8 Laranjeiras	Rua das Laranjeiras
9 Leblon	Av. Ataulfo de Paiva
10 Madureira	Av. Ministro Edgar Romero; Estrada do Portela; Rua Maria de Freitas
11 Méier	Rua dias da Cruz; Praça Agripino Grieco
12 Penha	Rua dos Romeiros; Largo da Penha

A primeira etapa do concurso, sob a responsabilidade do IAB/RJ, consistiu na escolha de propostas metodológicas de intervenção urbanística, apresentadas pelas equipes concorrentes, propostas essas consideradas como o primeiro passo em direção à execução dos projetos. Foram doze as áreas-objeto, conforme expõe a Tabela 1, em trechos pré-selecionados pela Prefeitura, definidos como corredores de grande vitalidade comercial e cultural, com livre escolha de um ou mais trechos para exemplificação e apresentação das propostas. Acompanhando o Edital do referido concurso, uma breve exposição define essas áreas do seguinte modo:

(...) *trechos urbanos estruturadores da imagem da cidade* (...) Esses trechos, funcionam como pólos de atração em relação a bairros vizinhos e à cidade como um todo. São *áreas de uso predominantemente comercial* (...) [grifo nosso]. (Rio de Janeiro - RJ, 1993)

Sob a ótica da entidade promotora do concurso, tratava-se de um *quadro de degradação urbana, desordem e caos* na cidade, que precisava ser tratado. Neste sentido, o objetivo principal, refletido no escopo da abordagem do concurso, era o de *revitalizar o conceito de "rua"*: promovê-la como local de troca comercial e sociocultural, ponto de circulação e encontro dos cidadãos, local de trabalho e lazer.

O concurso público deveria atestar a aptidão das equipes inscritas quanto à capacidade de promover a revitalização desse conceito, isto significava, como indica o Edital do Concurso: devolver aos cidadãos as ruas em condições otimizadas de uso, conforto ambiental e segurança.

Esse objetivo deveria balizar as propostas metodológicas encaminhadas por parte das equipes concorrentes, as quais poderiam contemplar tanto intervenções físicas como procedimentos normativos, disciplinadores das atividades na área. Diante desse escopo

conceitual, no Edital do Concurso encontra-se a indicação de um conjunto de aspectos a serem necessariamente abordados pelas equipes:

As condições de uso pela população, notadamente os pedestres, tendo em vista a vocação da área e a eliminação das barreiras que inviabilizam ou tornam inadequados seus trechos para crianças, idosos e deficientes em geral (...); as condições de tráfego, o transporte em geral, a pavimentação de pistas e calçadas e a sinalização; a iluminação de áreas públicas, tendo em vista a segurança pública e a valorização do comércio local; recomendações quanto a possível inadequabilidade no tipo de uso das edificações, tendo em vista a revitalização das áreas; as condições para o funcionamento de estabelecimentos comerciais em horários noturnos e a adequação para o comércio ambulante.¹⁴

Dentre quarenta e dois concorrentes, apenas dezessete atenderam aos critérios estabelecidos pelo júri¹⁵, sendo recomendados à entidade promotora do concurso. A segunda etapa, sob a responsabilidade da Prefeitura, contou com o exame dos currículos e visou classificar e alocar cada equipe a um trecho urbano, dentre aqueles previamente selecionados para intervenção.

Conforme já visto, eram doze as áreas selecionadas, após o concurso passaram a dezessete, de acordo com o número de equipes recomendadas, e, posteriormente, outros dois novos eixos foram incorporados, perfazendo um total de dezenove áreas para a intervenção. A Tabela 2 demonstra a abrangência total do Rio Cidade I (gestão 1993-1996), por bairros e equipes contratadas.

Tabela 2 – Abrangência do Rio Cidade I – Projetos (bairros e equipes contratadas)

Bairros	Equipes/escritório contratados
1) Benfica-Pilares (Av. Suburbana)*	M&T - Mayerhofer & Toledo Arquit., Planej. e Cons. Ltda.
2) Bonsucesso	Queiroz Rego Representações Ltda.
3) Botafogo (R. São Clemente)	ETS - Empresa Técnica de Serviços Ltda.
4) Botafogo (R. Voluntários da Pátria)	Fábrica Arquitetura Ltda.
5) Campo Grande	Nilton Cavalcante Montarroyos & Equipe
6) Catete	PAA Planejamento Arquitetônico e ambiental Ltda.
7) Centro	Taulois & Taulois Arquitetos Associados S/C Ltda.
8) Capocabana	L.A. Rangel & Castro Cavalcanti Arquitetos Ltda.
9) Ilha do Governador	Pontual Associados Arquitetura e Planejamento Ltda.
10) Ipanema	Paulo Casé & Luiz acioli Arquitetos Associados Ltda.
11) Laranjeiras*	GAP - Grupo de Arquitetura e Planejamento Ltda.
12) Leblon	Índio da Costa Arquitetura Ltda.
13) Madureira	CO Opera Ativa - Coop. de Profissionais do Habitat RJ Ltda.
14) Méier	M&T - Mayerhofer & Toledo Arquit., Planej. e Cons. Ltda.
15) Pavuna	serpen - Serviços e Projetos de Engenharia Ltda.
16) Penha	Pedro Paulino Guimarães Planej. Urbano e Ambiental Ltda.
17) Taquara*	Flávio Ferreira Arquitetura e Urbanismo Ltda.
18) Tijuca	Equipe Técnica da Iplanrio
19) Vila Isabel	Archi5 Arquitetos Associados Ltda.

* Projetos não executados no período de 1993-1996

No conjunto das a es, definiram-se as seguintes etapas de projeto: o diagnóstico, o estudo preliminar de pontos exemplares, o anteprojeto (ou estudo preliminar do projeto) e o projeto executivo geral. Cada uma dessas etapas foi registrada em relatórios e projetos desenvolvidos pelas equipes técnicas contratadas, e encaminhados para avalia a da Prefeitura. Coube   Secretaria Municipal de Urbanismo e   Iplanrio coordenar as negocia es e o processo de aprova a dos projetos junto aos órgãos públicos de interface com as interven es, dentre os quais os responsáveis pela engenharia de tráfego, ilumina a, abastecimento de água, telecomunica es, obras, etc.

Numa primeira análise, a etapa inicial do Rio Cidade tratou de definir o *diagnóstico* e de criar o modelo básico de a a. O ponto de partida se deu através do concurso para contrata a de equipes de profissionais, articulando os interesses do agente promotor em revalorizar o papel de arquitetos e urbanistas nos processos de "requalifica a" do espaço da cidade.

Um diagnóstico prévio sobre as áreas escolhidas já "recortava" o problema: a insegurança no percorrer calçadas e travessias; a ilumina a deficiente dos passeios; o desconforto gerado pela ocupa a desordenada dos passeios e vias públicas (em especial pelos ambulantes); a sinaliza a inadequada; o mobiliário urbano desgastado, obsoleto e/ou mal alocado; o caos do trânsito e a decorrente polui a sonora e ambiental, *definindo o nível de prioridades* e a *natureza de a a* que deveria pautar o conjunto das interven es.

Delineava-se uma abordagem sobre o problema a ser tratado, uma vez que se determinavam as áreas e os aspectos que deveriam ser necessariamente abordados: o trânsito, a sinaliza a, a pavimenta a, a ilumina a pública, o mobiliário urbano, os usos e atividades, em especial a regula a do comércio informal, mobilizando a a a das equipes e distintos órgãos da administra a em tomo de um instrumental básico: o *projeto urbano*.

Apesar de a burocracia compartilhar com as equipes contratadas as etapas de projeto, não deixa de assumir o papel de ser ela mesma portadora da racionalidade, em nome de uma estratégia para a cidade. E nesse caso, *a priori*, ficaram obscuros os critérios que justificaram a escolha das áreas e o diagnóstico acerca das mesmas, a não ser pela necessária legitima a e repercussão da proposta. Nesta dire a, Domingues (1999, p. 78) ressalta:

Os critérios de escolha das áreas nunca foram justificados pela Prefeitura, que apenas apresentava argumentos referentes   necessária *legitima a dos instrumentos* e   busca de maior *repercussão no aspecto de marketing urbano*. Estas áreas escolhidas se localizam em alguns dos *mais simbólicos centros de bairro cariocas*, bairros que tem uma participa a histórica no imaginário urbano (...) [grifo nosso]

A identificação do problema revelou-se mais como uma percepção possível e cristalizada do senso comum acerca da degradação e da desordem na cidade, inclusive orientando a reedição das análises e diagnósticos, de forma mais detalhada, por parte das equipes. Sob essa lógica, a degradação estaria generalizada por toda a cidade, necessitando-se atuar sobre pontos exemplares, capazes de surtir efeitos simbólicos e multiplicadores.

A escolha das áreas, além de representar uma estratégia política de *marketing* urbano, selecionando bairros com forte apelo simbólico, e de concentração comercial, deixa transparecer a postura elitista e antidemocrática por parte da administração urbana, uma vez que muitas dessas áreas são historicamente detentoras dos melhores níveis de urbanização e infra-estrutura na cidade do Rio de Janeiro, em parte contradizendo o discurso de abertura e confronto de idéias para buscar novas soluções, como aparece na justificativa do concurso. Caso esse horizonte estivesse aberto, outras prioridades, áreas e princípios de ação poderiam vir a ser revelados e debatidos no plano técnico, político e social.

Não se pode perder de vista que a proposta de reversão do "problema", ante a realização de um concurso público para escolha de metodologias cujo principal desafio era o de revitalização do conceito de rua, permitiu que se estabelecessem elos para com o debate do desenho urbano e a crítica pós-moderna, tendo como respaldo uma estratégia política de reestruturação da imagem da cidade.

Desordem e caos urbano: a estratégia de reestruturação da imagem da cidade

"O Rio é uma cidade que precisa reverter o quadro de desordem urbana", dizia o recém-eleito Prefeito da Cidade (...) para seu futuro Secretário de Urbanismo (...). O ano de 1992 acabava. *Era evidente a necessidade de melhorar a imagem da cidade.* A segurança era aspecto fundamental, mas escapava à ação direta do Município. Porém melhorar o entorno onde o carioca vivia era igualmente importante e estava ao alcance da Prefeitura. É possível viver na rua. Ela não é do automóvel. (...) A prioridade: valorizar os Bairros – alguns francamente decadentes – e resgatar a Rua – quase sempre sufocada pela desordem urbana e trânsito caótico. Surge o Rio Cidade [grifo nosso]. (Rio de Janeiro, RJ, 1994, p. 3)

Essa percepção da necessidade de melhorar a imagem da cidade é também peculiar ao processo de implementação do programa, entre 1994 e 1996. Nos diagnósticos de espectro mais geral, admitia-se um quadro de *desordem e caos urbano*, identificado como sendo comum às grandes cidades brasileiras, mas com características próprias nos diferentes bairros da cidade do Rio de Janeiro, os quais historicamente sofrem conseqüências de um *crescimento desordenado*, principalmente do trânsito e do comércio.

Segundo informa es oficiais, conforme citado anteriormente, a percep a desse quadro de desordem e de degrada a ambiental conduziu a Prefeitura   concep a do programa, que se constituiu, por sua vez, como importante *estratégia e compromisso político* da administra a municipal. Para garantir o sucesso de sua política urbana, o Prefeito da cidade atribuiu ao Rio Cidade uma "dimensão de um projeto de governo".

Em seu discurso, ressalta um desafio duplo:

de um lado, a reconstru a dos espaços públicos, que procuramos fazer com o triângulo "acupuntura urbana", micro-interven es e Rio Cidade e, de outro lado, como o encontro – e confronto – de idéias, de forma de influenciar a percep a das pessoas. (Rio de Janeiro, RJ, 1996, p. 3)

Para além de marcar posi a quanto às defini es conceituais, esse discurso sinalizava uma op a por parte da administra a urbana em não se *limitar a planejar*, mas, sim, *implementar a es de curto prazo e executar obras pontuais*, que, por sua vez, eram definidas como de interesse da maioria. Essas obras deveriam ser capazes de promover novas atitudes ante o processo de degrada a urbana, promovendo a qualidade físico-espacial e uma *nova imagem da cidade*. Não obstante, a motiva a principal vinculava-se a uma estratégia mais ampla de atraía de investimentos.

Nesta dire a, o Programa Rio Cidade fez parte de um conjunto de propostas previstas no *Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro – PECRJ*¹⁷. No caso, a estratégia denominada "Rio Acolhedor", no plano teórico, visava melhorar o relacionamento do cidadão com a natureza (entendida como o espaço físico natural), no sentido de restaurar a degrada a advinda do passado e assegurar um desenvolvimento sustentável para o futuro; fortalecer a vida dos bairros, valorizando o pertencimento e a integra a; e melhorar a qualidade dos espaços públicos, eliminando as barreiras arquitet nicas, desprivatizando-os e convertendo-os em eixo das atividades coletivas.

O plano de a a específico do qual fez parte o Rio Cidade, assim como os projetos de revitaliza a da orla marítima da cidade, era o de realizar interven es em espaços urbanos privilegiados para melhorar a infra-estrutura e a est tica da cidade, uma estratégia de requalifica a físico-espacial e de atraía de investimentos, como destaca o coordenador de uma das equipes contratadas para a elabora a de projetos nos bairros:

Desde que assumiu a Secretaria Municipal de Urbanismo no início de 1993, e com total apoio do Prefeito, o arquiteto Luiz Paulo Conde tem se empenhado em promover a qualidade físico-espacial da cidade.   um objetivo que participa do esforço maior e mais amplo de montagem do Plano Estratégico (...) para direcionar a recupera a da economia, da atratibilidade e dos investimentos no Rio de Janeiro. (Rio, 1997, p. 917)

Tratando sobre o desenvolvimento e proje a das cidades, o Plano Estratégico destaca a questão do espaço simbólico:

(...) é preciso considerar que a cidade não pode ser entendida apenas como um espaço que concentra pessoas e atividades, mas também, um espaço simbólico, de integração cultural, da identidade coletiva, e que possui um valor e marca para exterior.¹⁸

Como um dos "pontos fracos", o diagnóstico do Plano Estratégico aponta as consequências econômicas e psicológicas da perda da capitalidade e a violência urbana, cuja percepção é aguçada pelo "efeito vitrine" da cidade.

A intervenção no espaço urbano proposta pelo Rio Cidade vincula-se à estratégia mais ampla de inserção da cidade no mercado competitivo globalizado, e, para tanto, tomava-se fundamental a reestruturação da imagem da cidade por parte da administração urbana, conforme discurso do Prefeito da cidade:

(...) quando assumimos a Administração municipal, defrontamo-nos com um temporário cenário de desordem urbana implantado na cidade, que logo identificamos como um dos principais entraves à reversão do quadro de decadência social e econômica que debilitava o Rio de Janeiro. Aprovamos e assumimos, então, um compromisso político estratégico com o Programa Rio Cidade (...). (Rio de Janeiro - RJ, 1996, p. 11)

Convém destacar que a estratégia de produção e disseminação de uma imagem positiva para a cidade faz parte de uma das idéias básicas do padrão de gestão urbana denominado por Harvey (1996) de *entrepreneurialism*, comum nos Estados Unidos após os anos 60. Esse padrão chegou ao Brasil e nos países da América Latina, segundo Vainer (1998), através de assessores catalães que "vendem" às municipalidades brasileiras sua expertise, traduzida na metodologia de planejamento estratégico, considerando o sucesso do modelo adotado em Barcelona.

O urbanista Jordi Borja, membro do Conselho Diretor do Plano Estratégico de Barcelona, presidente da empresa mista *Tecnologies Urbanes Barcelona S.A.*, e consultor do plano para o Rio de Janeiro e de muitos outros planos similares para outras cidades, dava seu parecer sobre quais deveriam ser as principais ações estratégicas para essa cidade: "Injustamente, o Rio tem uma imagem negativa no exterior. A mudança imediata dessa imagem deve ser uma das primeiras ações de seu plano estratégico (...)" (Antunes, 1994, p. 15).

Já em 1996, na véspera das eleições municipais, o Rio Cidade aparecia no plano político, para o candidato da situação, como um dos símbolos da retomada da capacidade da Prefeitura em reassumir seu papel de "cuidar do que é público", realizando obras e melhorando a imagem da cidade, depois de um longo tempo de impotência ante a "desordem urbana".

Da cidade moderna   cidade factível: a requalifica o urbana

Alinhado às estratégias políticas, o tratamento urbanístico dos diversos projetos do Rio Cidade deveria corresponder ao objetivo de *reestrutura o da imagem da cidade*, a partir da *requalifica o* e *ordenamento* de trechos de bairros selecionados, por sua vez considerados grandes p los de atra o e corredores estruturadores da imagem da cidade, essencialmente áreas de alta densidade populacional, tráfego intenso, diversidade de usos e importância histórica.

Cabe destacar a no o, presente na abordagem do programa, de que a cidade poderia ser concebida como conjunto, em razão da existência de eixos estruturadores da malha urbana, denominados "corredores", e de que a escolha de tal princípio ordenador poderia conduzir uma articula o entre o geral e o particular, entre a esfera da cidade e a do local:

(...)   possível perceber que o crescimento do tecido edificado orientou-se por alguns eixos dominantes: antigos caminhos, linhas de bondes, estradas de ferro e rodovias. Os bairros que surgiram ao longo desses eixos apresentam como característica comum uma artéria principal, em torno da qual se organizaram. Cada corredor, no entanto, tem sua especificidade como geografia e como história. *Fazendo dos corredores um princípio ordenador do projeto, tornou-se possível conceber a cidade como conjunto*, partindo de sua própria historicidade ou ainda, o próprio fato urbano, historicamente consolidado, ganhou a condi o de conceito operacionalizador capaz de possibilitar uma articula o entre o geral e o particular [grifo nosso]. (Rio de Janeiro 2 RJ, 199-, p. 30)

Há de se observar que essa pretendida articula o, baseada na percep o de que a cidade do Rio de Janeiro   formada por corredores onde se deu o crescimento do tecido edificado, permite tão-somente a compreensão da cidade na sua dimensão física, o que indica uma leitura histórico-evolutiva e natural da cidade, centrada na forma urbana, o que desloca a dimensão social para um plano secundário.

Conforme já citado, segundo diagnóstico do programa, os corredores escolhidos para as interven es do Rio Cidade apresentam grande vitalidade comercial e cultural e encontravam-se em processo de deteriora o e abandono. Para a revitaliza o dessas centralidades de bairro, o programa previu obras de recupera o das ruas, substitui o de mobiliário urbano, paisagismo, reordena o de espaços e usos, melhoria do sistema viário, redimensionamento da ilumina o e a possibilidade de dilata o do horário comercial:

O Rio Cidade, desse modo, reforçará as qualidades e voca es específicas de cada trecho em questão, com a expectativa de criar "paradigmas", ou seja, p los de atra o em rela o às áreas imediatamente próximas, bairros vizinhos e mesmo   cidade como um todo. *O projeto propõe, em síntese, reafirmar ou constituir novas centralidades. A escolha das áreas de interven o expressa,*

de fato, essa proposta de descentralização. O Rio Cidade não pretende reproduzir o modelo "centro-periferia", no qual todos os investimentos concentram-se apenas em áreas privilegiadas, pelo contrário, quer incentivar a tendência à polinuclearização, propondo uma cidade onde as várias centralidades estão dispersas por todo o tecido urbano [grifo nosso]. (Idem, p. 31)

Convém lembrar que os trechos escolhidos para intervenção já representavam papel de centralidade de bairro, como atesta o próprio diagnóstico do programa ao se referir à sua vitalidade no contexto urbano, fazendo pouco sentido a idéia de constituição de novas centralidades. Certamente está se tratando de reafirmar o papel de centralidades existentes, provavelmente acentuando a fragmentação e a desigualdade no provimento de infra-estrutura, haja vista a dimensão e complexidade da metrópole.

Conforme discurso do Secretário de Urbanismo, através de intervenções pontuais sobre os principais corredores urbanos da cidade, "civilizando" o tráfego, o estacionamento de veículos, valorizando o comércio estabelecido e embelezando a cidade, o Rio Cidade pretendia trazer de volta o conforto aos cidadãos desobstruindo os passeios, o "direito à cidade", induzindo um processo de mudanças em larga escala. Contudo, o que vem a ser o direito à cidade e quais são seus princípios?

Como contraponto a essa versão elitista do "direito à cidade", vale destacar a perspectiva de Lefèbvre (1969) sobre o que seriam processos libertários de apropriação do urbano. Nesse caso, trata-se do direito à cidade como forma superior de tantos outros direitos à vida urbana, como, por exemplo, o direito ao habitat, à diferença, à rua como espaço da liberdade e não de ordens repressivas e da imposição de linguagens esteticizantes. Trata-se de uma questão que fica em aberto no escopo do programa, indicando uma das faces do esvaziamento de conteúdo social do Rio Cidade.

O conceito adotado pelo programa pretendia substituir a chamada "cirurgia urbana", que os formuladores do Rio Cidade contextualizaram como uma visão prospectiva e modelar da "cidade moderna", e uma prática caracterizada por obras monumentais e mudança através da ruptura, consideradas pouco viáveis no contexto da cultura "preservacionista" contemporânea e de escassos recursos financeiros e gerenciais.

A substituição proposta pelo Rio Cidade, em oposição ao projeto ideal de uma "cidade moderna", apontava para o projeto de uma "cidade factível" amparada por intervenções pontuais, porém visíveis e orientadas por projetos; o que representa a passagem da dimensão utópica à pragmática.

Nesta perspectiva teórica, o programa foi confrontado com experiências de intervenção urbana e grandes planos formulados para a cidade do Rio de Janeiro no século XX, com o intuito de contextualizar o modelo proposto e de estabelecer relações, em especial suas diferenças. Como contraponto, nos documentos oficiais são citados, por exemplo, a intervenção empreendida na Reforma Passos (1902-1906);

o Plano Agache (1926); o Plano Doxiadis (1963); e o Plano Urbanístico Básico - PUB (1977).

A aprecia o para esse conjunto de planos/experiências, apresentada no escopo do programa, consiste na idéia de que a prática da "cirurgia urbana" foi um pressuposto comum a todos, no sentido de que era preciso destruir o velho para construir o novo, freqüentemente desconsiderando os elevados custos sociais. Cabe ressaltar que se trata de uma interpreta o excessivamente unificadora e até mesmo equivocada, já que o PUB, por exemplo, caracterizou-se por ser um plano de diretrizes urbanas, e não de propostas concretas de renova o.

Como principal exemplo, da prática de "cirurgia urbana", foi citada a Reforma Passos, que transformou o centro da cidade segundo o modelo dos bulevares de Haussmann, quando então o Estado assumiu a cena urbanística. O Programa Rio Cidade descreve-se como uma experiência que almeja a requalifica o do tecido existente, ao contrário da renova o que adv m de processos de ruptura, não se tratando de um urbanismo de planos totalizadores e abstratos, conforme foi classificado o Plano Agache, visto como um representante do impulso urbanístico-propositivo que aflorou no final dos anos 20:

Requalificar  , portanto, uma forma de reabilitar menos onerosa e, principalmente, gradual. Caracterizando-se como um urbanismo heterog neo e de múltiplas interven es, o Rio Cidade procura respeitar a singularidade de cada lugar, reforçando tendências e revisando desequil rios. A concep o   clara: *o projeto atual não se coloca como um urbanismo totalizador, abstrato, que procura sobrepor um princípio geral de ordem   realidade, como foi, por exemplo, o Plano Agache [grifo nosso].* (Rio de Janeiro – RJ, 199, p. 26)

Cabe questionar essa interpreta o dos idealizadores do Rio Cidade quanto   no o de um urbanismo "abstrato", já que muitas vezes, pelo contrário, o urbanismo moderno fundamentava-se em diagnósticos e propostas concretos, alguns deles orientadores de muitas obras realizadas e outras que ainda servem de referência, como   o caso das solu es de drenagem apresentadas pelo Plano Agache¹⁹.

Na concep o dos idealizadores do programa, a iniciativa de requalificar trechos urbanos, através do desenho, sem a necessidade de reconstruí-las como em processos de "renova o urbana", poderia conduzir um revigoramento cultural, social e econ mico da cidade, numa experiência urbanística de caráter pioneiro. A distin o estabelecida entre a requalifica o e a reabilita o urbana ocorre no sentido de que a primeira visa conduzir de forma mais gradual novos padrões est ticos e funcionais, através de trechos urbanos. A segunda, por sua vez, "tem muito da cirurgia urbana", no sentido da destrui o do velho para a constru o do novo, e da restitu o da paisagem urbana a referenciais antigos.

Sob outro aspecto, o planejamento   considerado ineficaz, enfocando-o sob o ponto de vista metodológico como fruto de propostas que procuram solucionar os problemas da cidade na sua globalidade, partindo do geral para o particular; como exemplo desse

modelo foi citado o Plano Urbanístico Básico – PUB (1977). Criticam-se os volumosos e multidisciplinares planos integrados e suas análises institucionais e dados quantitativos, vistos como de pouca utilidade e efeito prático. Tacitamente, isso sugere a não necessidade de realizar diagnósticos extensos e rigorosos, a ação urbanística fundamenta-se mais na intuição e criatividade dos formuladores de projetos e na capacidade do poder público em gerar, de forma acelerada e pouco gradual (apesar do conceito de requalificação primar por tais processos), efeitos demonstrativos suficientes para garantir a legitimidade das propostas de intervenção.

E ainda, o programa se coloca no sentido de abandonar o funcionalismo que caracterizava os planos até a década de 60, como no caso do Plano Doxiadis, que concebia a cidade em função de vias expressas de circulação para o automóvel. Também é citada como última e tardia expressão do urbanismo modernista, rodoviarista, o Plano Lúcio Costa para a Baixada de Jacarepaguá (1969). Ao contrário de uma política que valoriza a construção de viadutos e vias expressas em detrimento do pedestre, no modelo de intervenção do Rio Cidade a rua aparece como lugar privilegiado. É nesse sentido que se desenvolve a noção de um urbanismo que "volta às ruas", no sentido de resgatar a dimensão qualitativa desses espaços. "Se tantos fatores negativos resultam na transformação da rua em espaço hostil ao pedestre, o Rio Cidade, em contraposição, quer restituir a rua ao cidadão" (Rio de Janeiro – RJ, 199, p. 6).

O significado atribuído às ruas na constituição da vida social nas cidades é, talvez, a mais relevante distinção entre a postura urbanística moderna e sua crítica pós-moderna (...). Afirmar a importância fundamental das ruas para o equilíbrio da vida social nas cidades e, em consequência, trabalhar para sua reabilitação, foi o objetivo número um do Programa Rio Cidade. (Rio de Janeiro – RJ, 1993a, p. 24)

Trata-se, no entanto, de um modelo limitado ao recusar tratar a cidade na sua totalidade, apenas atuando em determinados eixos, na expectativa de gerar efeitos de demonstração capazes de assegurar a legitimidade da ação e reverter o quadro de desordem na cidade, refletido na representação do espaço da rua como lugar marcado pelo abandono e destituído de seu caráter público e de livre circulação para pedestres, abrigando a marginalidade, a violência e o medo.

Amparado pelo debate introduzido por Jacobs (apud Rio de Janeiro - RJ, 1996, p. 24), o Rio Cidade posiciona-se criticamente à postura urbanística moderna, reforçando a idéia de que "a supressão da rua (...) é a idéia mais funesta e mais destrutiva do urbanismo ortodoxo". Há de ser ressaltar, porém, que essa autora ressalta a importância da rua como espaço do encontro e da diversidade, e não como espaço da "ordem", como aparece freqüentemente na abordagem do programa.

Alguns resultados e reflexões: do programa aos projetos urbanos

Os projetos do Rio Cidade redundaram em um conjunto de interven es urbanas voltadas a atender aos objetivos de requalifica o funcional e est tica de áreas da cidade, incluindo a remodela o de passeios e calçadas; racionaliza o de vias, cruzamentos e estacionamentos; sinaliza o; redefini o do mobiliário urbano; sistema de ilumina o²⁰; tratamento paisagístico; comunica o visual; implanta o de horário comercial dilatado; revitaliza o e constru o de marcos referenciais, etc.

As etapas do projeto integram o modelo de interven o do programa, trazendo   tona questões que contribuem para a análise.²¹ A primeira diz respeito   limita o dos projetos a cortes espaciais bem delimitados, restritos a um conjunto de ruas de forte concentra o comercial, acionando conceitos de "centralidade de bairro", "subcentro funcional" e "corredor articulador de bairro" para caracterizar o alcance da interven o.

Trata-se da cidade problematizada a partir do caos (totalizante) e a seguir a partir da escala do bairro ou, melhor, a partir de algumas de suas ruas (como em um *zoom*), fragmentos analisados sob ângulos específicos que privilegiam, por um lado, a forma (o espaço físico, a paisagem, etc.), e, por outro, o usuário (no sentido da funcionalidade dos equipamentos e sistemas urbanos, adequa o de mobiliário, etc.). Um olhar que se aproxima da escala do pedestre, seleciona o detalhe, identifica o problema e propõe a soluço, limitada   escala pontual. O modelo de interven o   delineado em resposta a essa forma de identificar o problema, as possibilidades da  advindas concretizam-se nos projetos.

A busca de apreensão da totalidade e dos sistemas perde parte de seu sentido, já que a proposta limita-se a tratar dos problemas no nível local, mesmo quando se constata que suas causas situam-se fora do espaço de a o, como fica evidente, por exemplo, no caso dos transportes coletivos e dos sistemas de circula o.

A intui o criativa dos "mentores da cidade", como defende, por exemplo, o diagnóstico elaborado para o bairro de Ipanema, parece valer mais do que a pesquisa e o levantamento de informa es como subsídio   interven o. Mas, considerando-se as limita es de tempo impostas   etapa do diagnóstico, que se prolongou por pouco mais de um mês, evidencia-se um certo deslocamento em rela o ao modelo do urbanismo moderno, através do qual se valorizava a pesquisa extensiva e articulada sobre a cidade. O fato   que os diagnósticos, uns mais extensos e detalhados e outros até mesmo insuficientes, conduziram análises da cidade em "pedaços", focalizando as particularidades dos bairros e orientando solu es específicas.

A implica o de especialidades como o desenho urbano, o paisagismo e a comunica o visual, dentre outras, atuam junto ao projeto urbano de forma articulada, em torno de um cenário urbano desejado. Nesse modelo, cujo principal instrumento   o projeto,

o papel dos arquitetos e urbanistas e de especialidades afins é claramente valorizado, já que diz respeito ao *know-how* desses profissionais. O próprio modelo permite que o trabalho se realize por meio de contratos em que cada equipe independente projeta uma fração, com certa liberdade criativa, já que a "heterogeneidade" é positivada. Os projetos precisam ser originais, resgatando as particularidades de cada parte da cidade, sejam elas históricas, culturais, etc., tendo em vista a criação ou reforço da identidade do bairro, e devem expressar, também, o viés estético de cada equipe de profissionais.

A deterioração urbanística e da imagem da cidade justificam as ações pragmáticas e fragmentadas, na expectativa de gerar efeitos multiplicadores e mudanças espontâneas, em maior escala, a partir das partes reestruturadas e vistas como exemplares, o que não deixa de significar que se privilegiam algumas áreas em detrimento de outras. Por outro lado, como conclui Domingues (1999), não tem ocorrido a recuperação para a coletividade da valorização imobiliária decorrente das ações pontuais, investidas pelo poder público.

O conjunto de intervenções do programa consumiu do orçamento municipal, em termos de investimento, entre 1995 e 1996, aproximadamente R\$289 milhões, o que representou 24% do total de investimentos realizados pela Prefeitura no mesmo período.²² Em 1996, na posição defensiva contra as repercussões críticas, muitas das quais acusando as intervenções de "obras de maquiagem", a Prefeitura anunciava que aproximadamente 60% do orçamento total do Rio Cidade destinara-se a obras de infra-estrutura. Certo que não se tratou apenas de obras de "embelezamento", questão que se julga necessário encarar com maior critério, sob o risco de simplificação dos resultados oriundos das intervenções do Rio Cidade, mas independente do montante de recursos alocados em obras de infra-estrutura, não se pode perder de vista que o objetivo estratégico da administração urbana era a reestruturação da imagem da cidade, preocupação presente em todas as fases do programa.

Cabe mencionar que não foi tornada pública a previsão de investimentos em cada bairro, inclusive como forma de subsidiar a ação projetual por parte das equipes contratadas. A disparidade entre resultados e investimentos²³ evidencia a falta de uma política de homogeneização entre os projetos, e, de certa forma, também corresponde à idéia de heterogeneidade e de liberdade de criação dada às equipes, conforme atesta o trecho a seguir:

(...) a Prefeitura não providenciou às equipes nenhuma previsão de investimentos em que pudessem se basear, o que as deixou duvidosas sobre os seus próprios limites projetuais e a amplitude possível das ações recomendadas. *A justificativa da Prefeitura para isto é que não se queria tolher a liberdade de criação* [grifo nosso]. (Rio, 1997, pp. 922-923)

No plano do discurso, a execução do Rio Cidade pretendia constituir uma política de intervenção descentralizada e próxima do cidadão. A Prefeitura colocou-se no papel

de dinamizadora do desenvolvimento da cultura do projeto urbano, conferindo maior destaque para a técnica, porém fundamentada no diálogo com a comunidade, como destaca a seguinte passagem:

A administra o municipal reconhece, por um lado, que decidir se uma praça deve ser reurbanizada ou se uma rua deve ser modificada,   uma questão que não exige, necessariamente, a tomada de pulso da opinião pública, *mas uma decisão técnica*. Por outro lado, um projeto como o Rio Cidade – que deverá intervir em espaços muito próximos ao cidadão, a ponto de alterar seus hábitos – *deve fundamentar-se no diálogo*. (...) Com a prática constante da apresenta o de propostas para a aprecia o, análise e crítica das comunidades de cada bairro, o Rio Cidade, além de conquistar a legitima o das interven es, quer promover um modo de relacionamento do usuário com as benfeitorias realizadas: cada um deve sentir-se responsável pela manuten o das áreas públicas e de seus equipamentos [grifo nosso]. (Rio de Janeiro – RJ, 1999, p. 36)

Nota-se que, no escopo do programa, o desenvolvimento dos projetos pressupunha a intera o entre a equipe contratada, os setores da administra o pública e a comunidade de cada área, durante as etapas do projeto, o que não se efetivou dessa forma. O contato direto com as comunidades, por parte das equipes, não ocorreu conforme o previsto, sendo necessário recorrer   burocracia da Prefeitura, que centralizou o processo, tornando-o bastante limitado. Algumas equipes recorreram isoladamente ao uso de instrumentos de pesquisa como questionários e entrevistas.

A participa o popular, que, nas palavras de Verena Andreatta, então Diretora presidente da Iplanrio, representava um item fundamental, não só para a legitima o do projeto como para a garantia de eficácia de projeto, teve seu processo completamente gerenciado pela Prefeitura, sendo vedado às equipes atuar de forma aut noma nesta  rea. (Domingues, 1999, p. 80)

A popula o teve oportunidade de participar de encontros onde se apresentaram as propostas técnicas já elaboradas, e apesar de alguns casos de atritos com os moradores, muitas vezes esse espaço serviu mais como um modo de referendar as solu es apresentadas pelos técnicos. Muitas foram as reclama es por parte da popula o e a pol mica gerada em torno do programa, haja vista a sua ampla visibilidade pública. Dentre os mais variados aspectos questionados, pode-se citar a natureza das solu es e o encaminhamento das propostas urbanísticas, a baixa qualidade dos materiais utilizados, os transtornos   popula o, como o congestionamento do trânsito, acidentes e barulho excessivo, obras incompletas e atraso nos cronogramas.

Há de se destacar a instaura o de uma Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI (Resolu o n. 743/95), por parte da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, para investiga o da utiliza o indevida de obras públicas do Rio Cidade, com base em denúncias trazidas a público sobre o benefciamento de uma empresa privada de TV a cabo²⁴.

A conclusão do Relatório Final da CPI é de que a empresa acusada beneficiou-se direta e indiretamente das obras do Projeto Rio Cidade, sendo que no decorrer do processo de investigação muitas suspeitas foram levantadas:

Os termos contratuais, a falta de planejamento na execução das obras, a tendência ao proveito eleitoreiro, o superfaturamento, a qualidade do serviço e dos materiais utilizados, dentre outras questões (...) A imprensa e a população, principalmente após a criação do disque Rio Cidade, passaram a denunciar diariamente os desmandos do projeto e o descaso das autoridades com a segurança da população nos canteiros de obras e das empreiteiras com seus próprios funcionários. (Rio de Janeiro – RJ, 1996, p. 46)

Mas, até hoje, muito pouco se avançou a respeito, bem como poucas são as análises consistentes sobre o cerne dessa experiência, "um verdadeiro laboratório urbanístico" tendo como objeto importantes bairros da cidade do Rio de Janeiro. Uma análise recente de Domingues (1999) conduz uma caracterização e avaliação do Rio Cidade, tendo como eixo de argumentação o debate sobre as estratégias de gestão do território. Esse autor realiza uma avaliação normativa/política do Rio Cidade a partir de critérios vinculados ao aporte e princípios que constituem a estrutura nuclear do discurso da agenda da Reforma Urbana, apontando como resultado a incompatibilidade do Rio Cidade diante desses critérios normativos (a inversão de prioridades, a participação popular e a democratização da gestão urbana e a recuperação de mais valias), mas também ineficaz ante o próprio discurso que o justifica, destacando:

O projeto Rio Cidade embora apresente alguns méritos, *existem muitos problemas na sua formulação e principalmente na sua implementação*. Essa crítica pesa sobre a experiência específica do Rio Cidade, mas representa apenas uma referência na indagação em relação aos projetos urbanos como alternativa de intervenção nas cidades [grifo nosso]. (1999, p. 137)

A essa passagem poder-se-ia acrescentar, no entanto, que muitos dos problemas de sua implementação, a exemplo do que apurou a CPI, redundaram do próprio modelo de intervenção, na busca por soluções em curto prazo, apostando no projeto como alternativa, através da contratação simultânea de quase vinte equipes de profissionais. Apesar do universo de críticas e polêmicas que rondaram e ainda cercam o Rio Cidade, agentes técnicos e políticos da Prefeitura reeditaram o programa sob uma nova versão.

Desta vez, para o Rio Cidade II foram definidas 22 áreas para intervenção²⁵ em bairros de grande dinâmica imobiliária e social, no entanto, menos consolidados em relação ao conjunto de bairros do Rio Cidade I, gerando uma expectativa, por parte da população envolvida, de que se solucionem muitos dos problemas. Ocorreram mudanças na abordagem e alcance dos projetos, estabelecendo normas através de manuais para orientação de projetos, os quais compreendem roteiros, modelos e padrões básicos a serem seguidos, tendo como referência os (des)acertos da experiência anterior.

  certo que o encaminhamento dado a essa segunda versão, que ainda se encontra em aberto, representa um certo avanço; todavia, como já era de se esperar, tais procedimentos não rompem com a opção conceitual adotada no Rio Cidade I, ao reafirmar a importância do projeto pontual, através da contratação de equipes nos processos de requalificação do espaço da rua.

O retorno ao desenho, como instrumento de a o urbanística, configura uma das principais tendências do urbanismo contemporâneo, do qual o Rio Cidade   apenas um dos indicativos. Experiências semelhantes, que exploram o desenho urbano, vêm sendo articuladas em outros municípios do país, inclusive de periferias metropolitanas, no sentido da revalorização de áreas comerciais, em alguns casos utilizando como justificativa o acirramento da competição com os *shoppings centers*.

Essas experiências têm em comum o objetivo de priorizar a circulação de pedestres, a segurança no espaço da rua, a comunicação visual, a revitalização do uso de imóveis e a realocação do comércio ambulante, visto como um transtorno ao comércio estabelecido. Trata-se de a es articuladas   estratégia de tornar mais atraente o espaço do consumo, em especial das classes média e alta, através da veiculação de uma imagem renovada dessas áreas.

Defende-se aqui a necessidade de superação da forma pragmática e fragmentada de intervenção sobre a cidade, também por estabelecer uma lógica desarticulada de outros instrumentos de controle do uso do solo, adaptando-se passivamente aos interesses econ micos. Esse argumento encontra respaldo ao se valorizar a perspectiva democrática no campo da gestão urbana, o ideal de justiça social e o direito   cidade ante o contexto exacerbado de desigualdades na sociedade, desníveis no provimento de infra-estrutura e precariedade de condições de vida para muitos dos habitantes dos centros urbanos.

Da totalidade ao fragmento, da utopia ao pragmatismo

Tendo como referência a definição inicial de "modelo de intervenção urbana", subdivide-se este item nos seguintes aspectos: os princípios e a representação sobre a cidade; a definição do objeto e o diagnóstico acerca dos problemas urbanos; os objetivos e os instrumentos de intervenção. Trata-se de uma síntese analítica acerca do modelo de intervenção urbana do Programa Rio Cidade, a partir das referências conceituais e empíricas desenvolvidas.

Os princípios e a representação sobre a cidade

O modelo de intervenção urbana do Programa Rio Cidade tem como princípio básico a ação pragmática e localizada, uma volta à intervenção pontual, vista como uma alternativa viável e condizente com as necessidades contemporâneas. Esse princípio está atrelado a um comportamento mais empresarial por parte da administração urbana, no sentido da produção de uma imagem positiva da cidade, tendo em vista a oferta de espaços atraentes ao consumo mais elitizado, a "venda da cidade" e sua inserção no mercado globalizado, abdicando das finalidades sociais e pretensões de racionalização urbana por parte do planejamento e do urbanismo.

A cidade é representada como desordenada e caótica, compreendendo um ambiente degradado que se verifica nos diferentes bairros, o que serve de justificativa para a implementação da estratégia de reestruturação da imagem urbana. Ao representar a cidade como uma soma de partes, a rua aparece como lugar onde se deve estabelecer a ordem e o disciplinamento de funções e atividades. A visão prospectiva aparece contrária à homogeneização, negando a perspectiva da cidade moderna e igualitária, afirmando o modelo da "cidade factível".

Com base nestes princípios e representações, o fragmento é contraposto à totalidade, excluindo a questão da universalidade, e o pragmatismo à utopia, rompendo com o horizonte das propostas utópicas e reformistas de enfrentamento das desigualdades na cidade.

A definição do objeto e o diagnóstico acerca dos problemas urbanos

O objeto privilegiado é o espaço das ruas, aquelas que abrigam centralidades de bairro, num deslocamento da visão da totalidade da cidade ao fragmento das ruas, intermediada pela esfera do bairro. Essa definição do objeto é justificada pela importância dessas áreas, do ponto de vista simbólico e de sua vitalidade cultural e comercial, na expectativa de gerar efeitos imediatos, visíveis e exemplares.

A pesquisa histórica e as análises articuladas na escala da cidade e da região, a exemplo do que se utilizava o urbanismo moderno, perdem sentido no que tange ao diagnóstico e à descrição da complexidade urbana. No nível do programa analisado, um diagnóstico prévio "recorta" o problema, definindo o nível de prioridades e a natureza da ação, muitas vezes limitada a abordar o reflexo dos problemas por se referirem a escalas maiores, como da cidade ou da metrópole.

No nível dos bairros, os diagnósticos procuram identificar as particularidades locais e embasar as propostas de interven o, no sentido de preservar ou reafirmar essas mesmas especificidades e garantir solu es heterogêneas para as interven es. O conjunto de diagnósticos, porém, revela o esvaziamento do conteúdo social e impotência ante as questões estruturais e condicionantes do desenvolvimento da cidade.

Os objetivos e os instrumentos de interven o

O objetivo principal do programa em requalificar o espaço da rua tem correspondência direta com a estratégia de reestrutura o da imagem da cidade, por sua vez ancorada no plano estratégico. Nas interven es do Rio Cidade, a retórica da valoriza o das particularidades locais se traduz na superficialidade e distanciamento entre as solu es propostas e as reivindica es da popula o local.

O projeto em desenho urbano surge como instrumento básico da a o urbanística e guia para os demais projetos complementares, que estruturam a interven o urbana. Tais projetos expressam uma ruptura com o sistema de planos urbanísticos e de zoneamentos, os principais instrumentos do urbanismo moderno, e um distanciamento em rela o aos planos diretores e demais instrumentos de regula o do uso do solo, abrindo espaço   apropria o privada dos benefícios da requalifica o urbana.

O projeto urbano caracteriza-se por um produto, que resulta do sentido de oportunidade e do pragmatismo, bem como da qualifica o a partir de instrumentos próprios do desenho urbano. Uma vez que o projeto urbano surge como alternativa ao sistema de planos e zoneamentos, viabiliza-se a a o projetual de arquitetos e urbanistas, visivelmente abalada durante as últimas décadas. Por outro lado, no Rio Cidade resgatam-se elementos da arquitetura urbana e da dimensão artística do urbanismo, relacionada com a valoriza o do desenho e da linguagem est tica, revelando traços subjacentes de uma certa sobrevaloriza o da imagem ao conteúdo.

Ao contrapor o fragmento   totalidade, o pragmatismo   utopia e a imagem ao conteúdo, o modelo de interven o do Rio Cidade contribui para a exacerba o da situa o desigual e da injustiça na cidade. Além de romper com o urbanismo moderno, também expressa um esvaziamento do conteúdo social das propostas de interven o e a recusa do enfrentamento de questões estruturais e condicionantes do desenvolvimento urbano. Resta acrescentar que essa ruptura não deixa de revelar certas permanências ou retrocessos, como no caso da imposi o de "ordens" estetizantes no espaço da rua, lembrando que solu es dessa natureza não resultam, necessariamente, em diversidade e apropria o coletiva dos espaços públicos.

Carlos Eduardo Sartor

Mestre em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR/UFRJ e pesquisador do Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal – IPPUR/UFRJ – Fase

Notas

* Este artigo apresenta as principais questões debatidas pelo autor no Capítulo 2 da Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional, Sartor (1999).

1. Para construir um modelo para identificação e análise dos principais padrões de planejamento, historicamente formulados no país, e de sua vigência em determinadas experiências, os autores usam a seguinte definição: "por padrão, emendamos o conjunto dos princípios que orientam o 'diagnóstico da realidade urbana', bem como a definição da forma, objeto e objetivos da intervenção proposta. Cada padrão é, portanto, apreendido como um conjunto de representações (que categorizam a realidade social) e de técnicas de ação".

As representações sobre os denominados "problemas urbanos" são analisadas tendo como base tendências do pensamento social que marcaram as concepções sobre a cidade, e como estas últimas informaram os modelos de planejamento adotados em diferentes conjunturas. Ribeiro e Cardoso (1996, p. 53).

2. Para maiores detalhes, ver Capítulo 1 de Santor (1999), citado anteriormente, onde se resgata a história do urbanismo moderno, num percurso que inicia com a "emergência do urbano" no século XIX tratando sobre a formação da "ciência das cidades", na passagem para o século XX. Indicam-se os elementos definidores do urbanismo, consolidados no período entre guerras, tecendo uma abordagem acerca das tendências desse "saber-ação", entre as dimensões da ciência, da técnica e da arte. Como desdobramento do segundo pós-guerra, destaca-se a emergência do planejamento territorial e urbano, na conjuntura de consolidação do modelo fordista de desenvolvimento econômico e do Estado do Bem-Estar Social. Por fim, são indicados dois dos possíveis desdobramentos no contexto de crise, que se anunciou entre as décadas de 1960 a 1980, por um lado, o surgimento do desenho urbano e, por outro, as implicações no campo da ação política voltada ao enfrentamento das desigualdades na cidade.
3. O programa se encontra na segunda fase (Rio Cidade II), sendo conduzido pela gestão do Prefeito Luiz Paulo Fernandez Conde.
4. Conforme consta em documentos oficiais do Rio Cidade.
5. Os dois termos (programa e projeto) aparecem sem distinções formais nos documentos referentes ao Rio Cidade. Aqui, considera-se importante tal distinção, em face dos objetivos do texto. Também vale ressaltar a diversidade no conteúdo das informações e dados relativos ao Rio Cidade, muitas vezes prolixos, o que exigiu um esforço de organização e síntese dos mesmos.
6. Na administração do Prefeito César Eptácio Maia (1993-1996).
7. Fundação criada em 1979, sob a denominação de Rioplan, onde predominavam as funções ligadas ao planejamento urbano, agregando, posteriormente, atividades relacionadas às áreas de informática, desenvolvimento econômico e estatísticas gerenciais. De "Instituto de Planejamento Municipal" tornou-se "Empresa Municipal de Informática e Planejamento S.A.", parte integrante da Administração Indireta do município. Com a criação do "Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP", autarquia oficialmente criada em 1 de dezembro de 1998, pelo atual Prefeito, o setor de informática da Iplanrio persistiu sob a denominação de Empresa Municipal de Informática S.A.

8. Para informações detalhadas, consultar Rio de Janeiro (RJ) (1996, pp. 133-134).
9. Nas eleições municipais de 1996, Conde elegeu-se para o cargo de Prefeito da Cidade (gestão 1997-2000), como sucessor do então Prefeito César Maia.
10. O Convênio para promoção de concursos de projetos e/ou propostas técnicas de arquitetura e urbanismo, entre a Iplanrio e o IAB/RJ, datado de 1 de julho de 1993, tem como objeto a mútua cooperação das partes conveniadas no sentido de estimular a participação de arquitetos na formulação de idéias e projetos arquitet nicos e urbanísticos no município do Rio de Janeiro e promover, através de concursos públicos específicos, a seleção de projetos ou de propostas técnicas de intervenção arquitet nica e urbanística. Por sua vez, o Contrato para prestação de serviços de gestão do concurso público, estabelecido em 9 de julho de 1993, refere-se   seleção de propostas técnicas referentes aos projetos de intervenção arquitet nica e urbanística em áreas do "Projeto Rio Cidade".
11. O período de inscrições para o concurso foi de 10 de agosto a 23 de setembro de 1993. Houve a realização de um seminário sobre o concurso do Rio Cidade, em 30 de agosto de 1993, abordando os objetivos e respondendo questões específicas dos interessados (respostas que passaram a fazer parte integrante do Edital). A entrega das propostas deveria se dar até o dia 24 de setembro de 1993, as quais foram julgadas entre 27 de setembro e 8 de outubro de 1993, quando foi lavrada a Ata da Comissão Julgadora do Concurso Rio Cidade sobre o resultado da seleção dos trabalhos apresentados.
12. Ver item Da "cidade moderna"   "cidade factível": a requalificação urbana.
13. Rio de Janeiro (RJ), (1993a). (Cláusula primeira - Objeto; parágrafo primeiro – Abrangência) p. 2. (Este   o primeiro registro levantado sobre a delimitação das áreas do Rio Cidade).
14. Instituto de Arquitetos do Brasil (1993, p. 3).
15. Composto por 2 (dois) arquitetos designados pelo IAB/RJ, escolhidos entre os membros de seu Corpo de Jurados; 2 (dois) representantes da Prefeitura designados pelo Instituto de Planejamento Municipal; e 1 (um) arquiteto indicado pelos concorrentes, devendo ser pertencente ao Corpo de Jurados do IAB/RJ. O primeiro critério geral de julgamento era o atendimento às exigências do Edital; o segundo, o desenvolvimento da proposta; e o terceiro e último, sua aplicabilidade. No Edital do Concurso era prevista a seleção de 20 (vinte) propostas, dentre as apresentadas   Comissão Julgadora.
16. Rio de Janeiro (RJ), (1996, pp. 134.135)
17. O Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro - PECRJ foi elaborado no período de novembro de 1993 a dezembro de 1994, através de uma iniciativa promovida pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro - Firjan, Associação Comercial do Rio de Janeiro - ACRJ e a Prefeitura da cidade, com formação de um consórcio mantenedor, formado por empresas e instituições diversas, com vistas   elaboração de "um plano para o futuro da cidade", ao elencar estratégias, objetivos, ações e projetos. Ressalta-se que os consultores do PECRJ, ligados   empresa Tecnologias Urbanas Barcelona S.A. – Tubsba, têm participação na elaboração do Plano Estratégico de Barcelona, referência para esse modelo de plano. Para uma análise crítica sobre o planejamento estratégico e o caso do PECRJ, consultar Vainer, (1996).
18. Fonte: <http://www.perj.org.br/cidades.html>.
19. Muitas das apreciações do Plano Agache sobre as inundações periódicas de determinados bairros do município, no início do século, são ainda consideradas válidas do ponto de vista técnico e lembradas quando novas enchentes imobilizam e ameaçam a população da cidade, por exemplo, como ocorreu no verão de 1998, inclusive com algumas das áreas críticas situadas em trechos do Rio Cidade, como no caso dos bairros do Catete e Tijuca, onde as obras de infra-estrutura pontuais não foram suficientes para a solução do problema da inundação.

20. Cabe destacar que os postes de iluminação foram um dos elementos mais polêmicos do Rio Cidade, tanto do ponto de vista da heterogeneidade de padrões estéticos quanto pelo elevado custo; além de casos de superfaturamento, investigados pela CPI do Rio Cidade, como se aborda adiante.
21. Após a alocação de cada equipe contratada às respectivas áreas de intervenção, foram conduzidas as etapas do projeto, de forma independente por cada equipe e sob coordenação da Prefeitura. Os resultados mostraram-se heterogêneos, do ponto de vista conceitual e metodológico, se for considerado o conjunto dos projetos. Não caberia, no escopo deste artigo, apresentar todas as etapas (diagnóstico, estudo preliminar, anteprojetos, projetos executivos finais em desenho urbano, comunicação visual, sinalização, mobiliário urbano e paisagismo, e execução das obras), o que demandaria uma série de outras questões. Acredita-se que o panorama anteriormente apresentado é sintomático e reflete apropriadamente a problemática do modelo de intervenção, segundo nossa definição e interesse de investigação.
22. Para uma discussão sobre o Orçamento Municipal e os investimentos no Rio Cidade, em relação a outros programas e projetos, consultar Domingues, (1999) pp. 112-114.
23. Ver Anexo – Rio Cidade I: Resultados e investimentos, segundo projetos nos bairros (obras concluídas na Gestão 1993-1996).
24. A empresa RPC Televisão (NET-RIO ou TV Cabo-Rio).
25. Quais sejam: Bangu, Benfica/São Cristóvão, Campo Grande, Centro (Av. Presidente Vargas), Flamengo (Rua Marques de Abrantes), Freguesia, Grajaú, Guaratiba, Irajá, Jardim Botânico, Largo do Bicão/Brás de Pina, Madureira, Maracanã, Marechal Hermes, Praça Seca, Ramos, Realengo, Rocha Miranda, Santa Cruz, Santa Tereza, Tijuca (Rua Uruguai e Rua Haddock Lobo).

Referências bibliográficas

- ANTUNES, Laura (1994). Entrevista: Jordi Borja, arquiteto que planejou a Barcelona do ano 2000. *O Globo*, Rio de Janeiro, 27 fev., p. 15.
- CARDOSO, Adauto Lucio (1997). *O urbanismo moderno e a questão da natureza*. (Tese de Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas). São Paulo, USP/FAU.
- DOMINGUES, Luís Carlos Soares Madeira (1999). *Projeto urbano e planejamento: o caso do Rio Cidade*. (Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). Rio de Janeiro, UFRJ/IPPUR.
- INFORME IAB (1992). Arquitetura n. 125. Rio de Janeiro.
- INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL/Departamento do Rio de Janeiro - IAB/RJ (1993). *Edital do Concurso "Projeto Rio Cidade"*. Rio de Janeiro.
- HARVEY, David (1996). Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no Capitalismo tardio. *Debates*. São Paulo, v. 6, n. 39, pp. 48-64.
- LEFÈBVRE, Henri (1969). *Direito à cidade*. São Paulo, Documentos, 133 p.

- RIBEIRO, Luiz César de Queiroz e CARDOSO, Adauto Lúcio (1996). Da cidade   na o: g nese e evolu o do urbanismo no Brasil. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz e PECHMAN, Robert (orgs.). *Cidade, povo e na o: g nese do Urbanismo Moderno*. Rio de Janeiro, Civiliza o Brasileira.
- RIO DE JANEIRO (RJ) (1996). Câmara Municipal. Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito instituída pela Resolu o n. 743/95 da Câmara Municipal do Rio de Janeiro para investigar a utiliza o indevida de obras públicas do Projeto Rio Cidade. (Relator: Vereador Saturnino Braga). Diário da Câmara Municipal. Rio de Janeiro, ano XX, n. 117, 20 jun. pp. 40-65.
- RIO DE JANEIRO (RJ) (1993). Prefeitura Municipal/Gabinete do Prefeito, Iplanrio. Concurso Projeto Rio-Cidade. Rio de Janeiro, 2 p. (Carta do Secretário de Urbanismo e Presidente do Instituto de Planejamento Municipal – Iplanrio, Luiz Paulo Fernandez Conde.)
- RIO DE JANEIRO (RJ) (1993a). Prefeitura Municipal/Iplanrio, IAB/RJ. Contrato para presta o de serviços de gestão do concurso público entre equipes de arquitetos do Estado do Rio de Janeiro, referente ao "Projeto Rio Cidade". Rio de Janeiro, 9 jul.
- RIO DE JANEIRO (RJ) (1996). Prefeitura Municipal/Iplanrio. Rio Cidade: o urbanismo de volta   ruas. Rio de Janeiro, Mauad.
- RIO DE JANEIRO (RJ) (199-). Prefeitura Municipal/Iplanrio. Rio Cidade: o urbanismo de volta   rua. Rio de Janeiro, 59 p. (Mimeo.)
- RIO DE JANEIRO (RJ) (1994). Prefeitura Municipal/Iplanrio. Rio Cidade: um percurso. Rio de Janeiro, 52 p. (Mimeo.)
- RIO, Vicente del (1997). Reconquistando a imagem urbana e o espaço dos pedestres: o Projeto Rio-Cidade no centro funcional do Méier, Rio de Janeiro. In: ENCONFO NACIONAL DA ANPUR, 7, Recife. *Anais...* Recife, UFPE/MDU, pp. 917-925.
- SARTOR, Carlos Eduardo (1999). *Imagem da cidade – Cidade da imagem: Uma análise sobre o modelo de interven o urbana do Rio Cidade*. (Disserta o de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ.
- VAINER, Carlos B. (1998). Cidades, cidadelas e a utopia do reencontro – uma reflexão sobre tolerância e urbanismo. *Cadernos IPPUR/UFRJ*. Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, pp. 33-46, jan./jul.
- _____ (1996). Os liberais têm fazem planejamento urbano? Glosas ao "Plano estratégico da cidade do Rio de Janeiro". *Proposta*, Rio de Janeiro, n. 69, pp. 28-34.

Rio Cidade I
Resultados e investimentos, segundo projetos nos bairros (obras concluídas na gestão 1993-1996)

	Galerias pluviais (km)	Postes de iluminação (un)	Árvores plantadas (un)	Pavimentação de ruas (km ²)	Pavimentação de calçadas	Dutos da Telerj (km)	Dutos da Light (km)	Coletores de lixo (un)	Abrigos de ônibus (un)	Área do Projeto (ha)	Investimento R\$	Investimento / área do projeto
1. Bonsucesso	3,0	243	517	22	25	1,6	4,6	150	11	2,9	15.314.247,87	5.280.778,58
2. Botafogo (R. Voluntários da Pátria)	2,3	379	426	27	26	2,5	3,6	208	16	7,1	17.155.721,93	2.416.298,86
3. Campo Grande	4,7	298	1122	60	28	6,5	27,2	233	2	4	23.343.966,30	5.835.996,58
4. Catele	1,2	396	211	31	42	-	-	37	1	5,5	9.883.306,19	1.796.964,76
5. Centro	0,4	232	234	40	54	0,5	-	83	-	9,8	13.450.940,63	1.372.544,96
6. Copacabana	2,9	366	372	107	66	-	-	234	30	11,4	22.366.022,30	1.961.931,78
7. Ilha do Governador	3,0	480	394	2	26	11,6	15	54	11	6,1	12.710.892,68	2.083.752,90
8. Ipanema	4,2	97	416	81	41	-	-	82	8	9,3	15.106.013,75	1.624.517,61
9. Leblon	0,7	467	561	25	27	15,9	3,7	121	8	6,4	10.949.896,21	1.710.921,28
10. Madureira	3,0	284	190	17	50	1,3	4	104	4	7,8	18.183.383,06	2.331.202,96
11. Méier	1,4	359	460	26	25	20,8	30	206	19	6,5	15.423.374,33	2.372.826,82
12. Pavuna	3,2	101	420	35	48	-	-	192	13	10,6	7.430.243,85	700.966,40
13. Penha	2,0	181	178	15	19	6,5	19	73	-	3,5	9.771.942,89	2.791.983,68
14. Tijuca	2,0	355	384	51	50	1,5	10,5	90	15	7,2	14.288.133,82	1.984.463,03
15. Vila Isabel	2,3	420	598	33	33	5,2	7,5	125	15	6,7	22.477.576,11	3.354.862,11
Totais	36,3	4.658	6.483	572	560	73,9	125,1	1.992	153	104,8	227.857.891,92	2.174.214,62

Fonte: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Iplanrio, SMO, out. 1996
Adaptado pelo autor.